

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 30 de Setembro de 2018



SUMARIO

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	14
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	14
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	15
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	16
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	16
09 IMOBILIZADO.....	16
10 INTANGÍVEL.....	17
11 FORNECEDORES.....	17
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	18
13 PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA.....	18
14 CAPITAL SOCIAL.....	20
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	20
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA.....	21
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	21
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....	22
20 RESULTADO FINANCEIRO.....	22
21 SEGUROS DE RISCOS.....	23

2

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2018
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	61.128	58.855
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		131	138
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	53.612	40.502
Contingências e apropriações por Competência	13	203.248	157.371
Adiantamentos de Pessoal	7	21.610	14.502
Demais Contas a Receber		308	2.133
Adiantamentos a Fornecedores		13	15
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	18.434	20.324
Importação em Andamento		2.505	231
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		132	-
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		16	135
		361.138	294.206
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.971	1.966
Contingências e apropriações por Competência	13	301.684	278.858
Demais Créditos a Receber		69	44
Imobilizado	9	855.647	782.151
Intangível	10	508	401
		1.159.879	1.063.420
Total do Ativo		1.521.017	1.357.626

3

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante			
Fornecedores	11	32.138	35.745
Obrigações Tributárias e Sociais	12	2.233	2.818
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	13	203.248	157.371
Outras Obrigações		4.736	4.087
		<u>242.355</u>	<u>200.021</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	13	301.684	278.858
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	455.090
		<u>301.684</u>	<u>733.948</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	14	1.003.759	376.403
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		94.275	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(15.070)	(16.600)
Prejuízo Acumulados		(105.986)	(101.419)
		<u>976.978</u>	<u>423.657</u>
Total do Passivo		<u><u>1.521.017</u></u>	<u><u>1.357.627</u></u>



Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	30/09/2018	30/09/2017
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		171.246	162.308
Repasses Recebidos		859.751	858.782
Repasses de Apropriações a Receber		72.667	75.855
		<u>1.103.664</u>	<u>1.096.945</u>
Ajustes da Receita Bruta			
Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção)		(671)	(409)
Repasses p/Subvenções e Doações Governamentais		(94.741)	(95.593)
Repasso Concedido (CAPES)		(312)	(777)
		<u>(95.724)</u>	<u>(96.779)</u>
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(300)	(270)
COFINS s/Faturamento		(1.385)	(1.248)
		<u>(1.685)</u>	<u>(1.518)</u>
Receita Operacional Líquida	16	1.006.255	998.648
Custo dos Serviços	17	(814.191)	(796.843)
Resultado Operacional Bruto		192.064	201.805
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	17	(197.352)	(193.147)
		<u>(197.352)</u>	<u>(193.147)</u>
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		9.480	34.495
Despesas		(1.129)	(35.274)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(375)	(204)
	19	<u>7.976</u>	<u>(983)</u>
Lucro Antes do Resultado Financeiro		2.688	7.675
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(9.550)	(119.554)
Receitas Financeiras		1.707	2.465
	20	<u>(7.843)</u>	<u>(117.089)</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>(5.156)</u>	<u>(109.414)</u>

Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Nota	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas De Lucro	Prejuízos Acumulados	Total
	376.403	-	(18.173)	21.522	-	379.753
Saldo em 31 de dezembro de 2016						
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.199)	-	1.199	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(124.141)	(124.141)
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital (AFAC)	-	165.273	-	-	-	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	2.772	-	-	2.772
Transferência da Reserva de Lucro p/Prejuízos Acumulados	-	-	-	(21.523)	21.523	-
Saldo em 31 de dezembro 2017	376.403	165.273	(16.600)	-	(101.419)	423.657
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(589)	-	589	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(5.156)	(5.156)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital (AFAC)	-	94.275	-	-	-	94.275
Recomposição Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	2.119	-	-	2.119
Incorporação de AFAC ao Capital Social	627.355	(165.273)	-	-	-	462.083
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.003.759	94.275	(15.070)	-	(105.986)	976.978







Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Lucro Líquido do Exercício

Ajustes de Depreciação/Amortizações	15.824	16.868
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(31)	(43)
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	6.993	136.770
Varição Cambial Passiva (Importação)	543	397
Varição Cambial Ativa (Importação)	(403)	(372)
Custo de Obras em Andamento	-	(132)
Baixa de Bens Imobilizados	1.246	733
Produção Bens Imobilizado	(3)	(373)
Produção de Bens em Estoque	(1.322)	(1.267)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(449)	(1.065)
Doações de Bens Móveis	(498)	-
Doação de Mercadorias	(1.400)	-
Reversão Adiant. Transf. Entidades p/ Aj. Exec. Anteriores	-	(659)

30/09/2018

30/09/2017

(5.156)

(109.414)

15.824

16.868

(31)

(43)

6.993

136.770

543

397

(403)

(372)

-

(132)

1.246

733

(3)

(373)

(1.322)

(1.267)

(449)

(1.065)

(498)

-

(1.400)

-

-

(659)

20.499

150.857

Varição de Ativos e Passivos

Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(12.662)	7.026
Recursos a Receber de Provisão de Férias	4.202	(3.021)
Recursos a Receber de Licença Especial	-	(5.560)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	-	3.798
Adiantamentos a Pessoal	(7.108)	(8.283)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	1.809	531
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(5)	(99)
Importações em Andamento (Estoque)	(2.275)	73
Estoques	4.612	6.053
Despesas Pagas Antecipadamente	(13)	(85)
Fornecedores	(3.607)	(18.508)
Outras Obrigações a Pagar	682	(10.615)
Obrigações com Pessoal	(1)	6
Obrigações Sociais a Pagar	(89)	(352)
Obrigações Tributárias a Pagar	(496)	(302)
Provisão p/Férias	(4.202)	3.022
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	-	(3.804)
Provisão p/Licença Especial	-	5.560
Recursos Especiais a Receber por Restos a Pagar	-	(44)

(19.153)

(24.604)

Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais

(3.810)

16.839

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisições de Bens Imóveis	(79.741)	(89.387)
Aquisições de Bens Móveis	(6.975)	(2.839)
Aquisições de Importação em Andamento	(1.196)	(87)
Aquisições de Bens Intangíveis	(280)	(23)

(88.192)

(92.336)

Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	94.275	95.593
---	--------	--------

94.275

95.593

Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento

94.275

95.593

Caixa Adicionado no Período

2.273

20.096

Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício

58.855

35.005

Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício

61.128

55.101

Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa

2.273

20.096

Doações de Bens Móveis (Imobilizado)

498

1.012

Doações de Mercadorias (Estoques)

1.400

3.267

Transações que não envolveram o Caixa

1.898

4.279



Demonstrações Financeiras

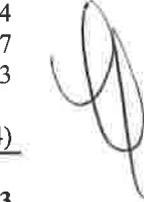
Exercício findo em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Demonstração do Valor Adicionado		
Receitas		
Prestação de Serviços	171.246	162.308
Outras Receitas	7.617	32.369
Prov. Créd. Liq. Duv.-Reversão/Constituição	176	783
Reversão Custo Diferido	-	(34.279)
	179.038	161.181
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	(100.919)	(101.817)
Serviços de Terceiros	(104.075)	(97.999)
Perda/recuperação de Valores Ativos	(1.385)	(660)
	(206.379)	(200.476)
Valor Adicionado Bruto	(27.341)	(39.295)
Despesas com Depreciação/Amortização	(16.757)	(16.884)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(44.098)	(56.179)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	1.707	2.465
Repasse Recebidos (-) Subvenções	837.677	839.044
Repasse Concedidos/Diferido	(312)	(777)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(671)	(410)
Receitas de Alugueis	3.013	2.960
	841.413	843.282
Valor Adicionado Total a Distribuir	797.315	787.103
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	540.859	540.143
Benefícios	56.126	56.467
FGTS	42.926	42.841
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	149.993	134.456
Estaduais/Municipais	203	56
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	9.550	119.554
Locação de Imóveis/Condomínio	751	767
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.064	2.233
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(5.156)	(109.414)
Valor Adicionado Distribuído	797.315	787.103





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal, composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

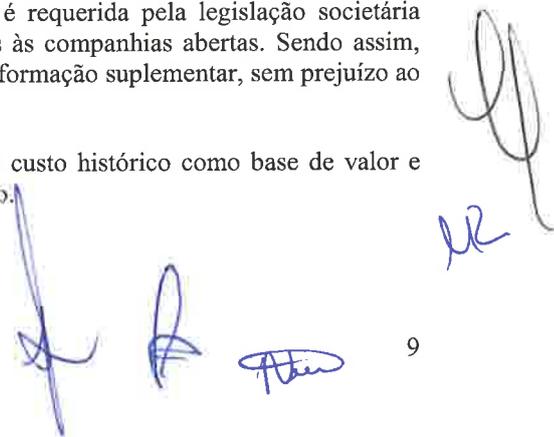
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de janeiro de 2017 os valores repassados pela União para investimentos, são registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Patrimônio Líquido (PL) como Instrumentos Patrimoniais, conforme prevê a macrofunção SIAFI nº 02.11.22 que normatiza as participações da União no Capital das Empresas. Esta Norma define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Os repasses recebidos para investimento até 31/12/2016, foram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) como Instrumentos Financeiros e atualizados pela SELIC até a sua capitalização, conforme prevê o Decreto nº 2.673/1998. (ver nota nº 14).

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Previdência Privada-TSP e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de setembro de 2018. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas conhecidas em estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 30 de setembro de 2018. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos (Notas nº 09 e 10).

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização acumulada nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, da data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(j) Impairment de ativos não financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, periodicamente, com o objetivo de determinar e avaliar, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido (Nota nº 11).

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados as contribuições federais PIS e COFINS, incidentes sobre o faturamento próprio, e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e retenções de tributos federais conforme IN/RFB nº 1234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção de tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970 (Nota nº 12).

(m) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar. (Nota nº 17)

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível compõe-se de: R\$ 15.661 (cíveis), R\$ 129.720 (trabalhistas) e R\$ 20.651 (tributárias), totalizando R\$166.032.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional (Nota nº13).



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(q) Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

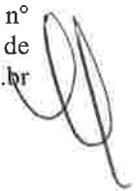
(s) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referente os complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

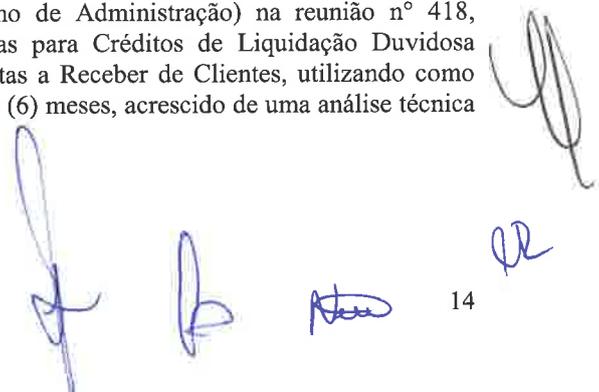
Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2018 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, publicada no DOU em 03 de janeiro de 2018.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho Diretor (atual Conselho de Administração) na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2017, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Os Estoques garantem, em 30 de setembro de 2018, 43,36 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	23	17
Conta Corrente	883	1.900
Depósitos Bancários de Curto Prazo	22.694	25.093
Conta Limite de Saque	37.528	31.845
Saldo Contábil	61.128	58.855

Depósitos Bancários de Curto Prazo - Aplicações: refere-se, principalmente, à arrecadação financeira proveniente de recursos de fontes próprias aguardando liberação de dotação orçamentária, mais recursos recebidos de projetos, tesouraria e garantias depositadas por fornecedores.

Limite de Saque – Conta Única: refere-se aos valores recebidos de fontes do tesouro para pagamento de compromissos futuros. Nesta conta somam-se os valores recebidos do FNS.

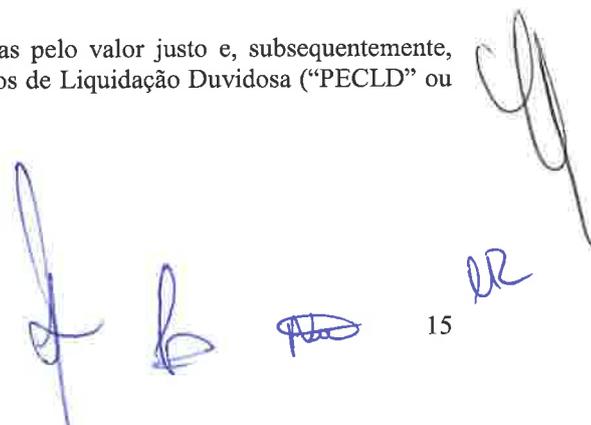
06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	50.406	35.914
Convênios Privados	10.828	13.537
Clientes Particulares	2.347	2.696
Créditos Diversos	1.646	419
Subtotal	65.227	52.566
Apropriação por Competência - PCLD	(16.239)	(16.688)
Valor Líquido a Receber	48.988	35.878
Outras Faturas a Receber (FNS)	4.624	4.624
Saldo Contábil	53.612	40.502

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS. A Instituição aguarda reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário	19.258	7.322
Férias	1.552	4.778
Abono sobre Férias	776	2.389
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	24	13
Saldo Contábil	<u>21.610</u>	<u>14.502</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2018 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em junho relativo à competência julho de 2018.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Medicamentos	5.542	6.951
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	6.314	7.472
Material de Órtese e Prótese	2.563	1.275
Materiais e Utensílios	473	454
Rouparia (uniformes)	909	1.217
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	429	336
Material Expediente/Informática/Gráfica	372	404
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	88	71
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	1.744	2.144
Saldo Contábil	<u>18.434</u>	<u>20.324</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

			<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo</u>
Edifícios	1	210.541.441	(55.548.926)	154.992.515
Terrenos		68.414.125		68.414.125
Obras em Andamento[1]		552.852.022	(7.164.163)	545.687.859
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	200.838.837	(123.542.500)	77.296.337
Informática	20 a 50	23.860.165	(15.751.162)	8.109.003
Veículos Diversos	10 a 20	1.001.768	(758.948)	242.820
Subtotal Imobilizado		<u>1.057.508.358</u>	<u>(202.765.699)</u>	<u>854.742.659</u>
Importação em Andamento		904.315		904.315
Saldo Contábil		<u>1.058.412.673</u>	<u>(202.765.699)</u>	<u>855.646.974</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2017	Aquisições	Transf.	Baixas	Custo 30/09/2018
Edifícios	210.541.441		-	-	210.541.441
Terrenos	68.414.125		-	-	68.414.125
Obras em Andamento ¹	473.110.733	79.025.885	-	(2.500)	552.134.118
Bens Móveis e Imóveis	195.269.639	7.298.079	-	(981.977)	201.585.741
Informática	23.060.194	1.128.209	-	(328.238)	23.860.165
Veículos Diversos	972.768			-	972.768
Total Imobilizado	971.368.899	87.452.173	-	(1.312.715)	1.057.508.358

10 Intangível

O saldo contábil é composto por:

	Tx. %	30/09/2018	31/12/2017
Software	20 a 50	508	401

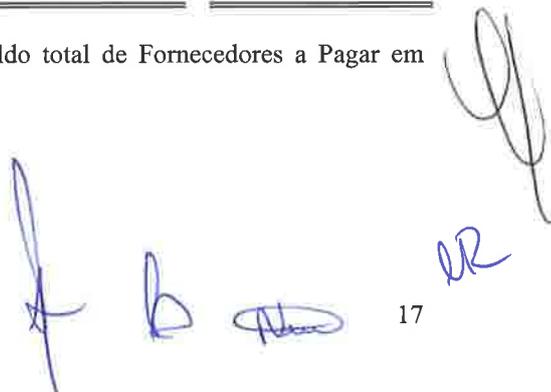
O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
Consortio Tratenge	7.186	12.189
Onco Prod Distribuidora de Produtos Hospitalares	1.183	-
Capgemini Brasil S/A	1.171	27
Unimed Porto Alegre	848	856
	10.388	13.072
Demais Fornecedores	21.750	22.673
Saldo Contábil	32.138	35.745

Estes quatro principais fornecedores representam 32,32% do saldo total de Fornecedores a Pagar em setembro de 2018.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de fornecedores	1.878	2.289
PIS sobre Faturamento	27	42
COFINS sobre Faturamento	126	195
Obrigações Tributárias	2.031	2.526
Obrigações Sociais	202	292
Saldo Contábil	2.233	2.818

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados as contribuições federais PIS e COFINS sobre faturamento próprio e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e retenções de tributos federais conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. O saldo de Obrigações Sociais é composto pela retenção previdenciária incidente sobre serviços pagos a Fornecedores.

13 Provisões de Contingências e Apropriações por Competência

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	8.062	284.151	292.213
Férias a Pagar (b)	90.587	-	90.587
Licença Especial (c)	52.784	-	52.784
Décimo Terceiro Salário (d)	47.690	-	47.690
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.125	17.533	21.658
Saldo Contábil	203.248	301.684	504.932

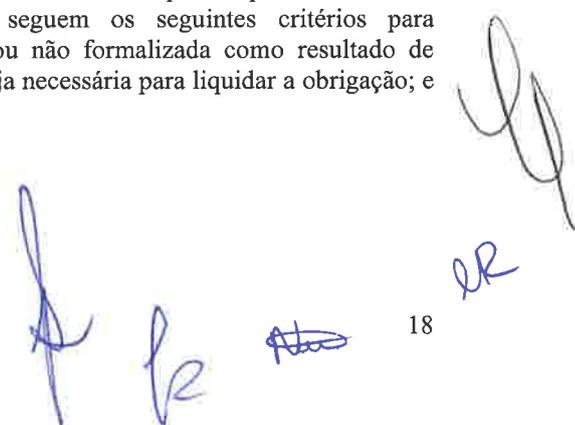
A Instituição registra no ativo os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	6.098	261.900	267.998
Contingências Cíveis	1.964	21.161	23.125
Contingências Tributárias	-	1.090	1.090
Saldo de Contingências	8.062	284.151	292.213

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) Férias a Pagar

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Férias		
Saldo Inicial	65.840	62.225
Baixas	(17.433)	(63.929)
Apropriações	17.666	71.615
Total de Férias	66.074	69.911
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	24.427	22.296
Baixas	(6.464)	(23.811)
Apropriações	6.550	26.393
Total de Encargos sobre Férias	24.513	24.878
Saldo de Férias a Pagar	90.587	94.789

(c) Licença Especial

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	37.915	32.769
Baixas	(1.423)	(5.372)
Apropriações	2.027	9.021
Total de Licença Especial	38.519	36.418
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.043	12.182
Baixas	(527)	(1.998)
Apropriações	749	3.364
Total de Encargos sobre Licença Especial	14.265	13.548
Total de Licença Especial a Pagar	52.784	49.966

(d) Décimo Terceiro Salário

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	21.880	-
Baixas	(374)	-
Apropriações	13.278	-
Total de Décimo Terceiro Salário	34.784	-
Encargos sobre Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	8.119	-
Baixas	(139)	-
Apropriações	4.926	-
Total de Encargos sobre Décimo Terceiro Salário	12.906	-
Total de Décimo Terceiro Salário	47.690	-

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(e) **Tempo de Serviço Passado (TSP)**

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

14 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. Em 02 de julho de 2018, por aprovação da Assembleia Geral Extraordinária nº 006, foi incorporado o valor de R\$ 6.992.824,48 referente a capitalização do resíduo de capitalizações anteriores, totalizando R\$ 1.003.758.860,53 em 30 de setembro de 2018.

Do valor total da incorporação ao Capital Social no ano de 2018, R\$ 627.355.458,95, o montante de R\$ 455.089.825,79 estava registrado no Passivo Não Circulante como AFAC e R\$ 165.272.804,65 registrados no Patrimônio Líquido como AFAC.

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(16.600)	(18.173)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(589)	(1.199)
Reversão Menos/Mais Valia (ajustes)	2.119	2.772
Saldo em 30 de junho	<u>(15.070)</u>	<u>(16.600)</u>

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Serviços Prestados		
SUS	124.922	121.302
Convênios, Particulares e Pesquisa	46.324	41.006
Total de Serviços Prestados	<u>171.246</u>	<u>162.308</u>
Repasses Recebidos		
Repasse Recebidos	859.751	858.782
Repasse de Apropriações a Receber	72.667	75.855
Total de Repasses Recebidos	<u>932.418</u>	<u>934.637</u>
Total da Receita Bruta	<u>1.103.664</u>	<u>1.096.945</u>
Ajustes da Receita		
Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	(671)	(410)
Subvenções e Doações Governamentais	(94.741)	(95.592)
Repasse Concedido	(312)	(777)
Total de Ajustes da Receita	<u>(95.724)</u>	<u>(96.779)</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(300)	(270)

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

COFINS sobre Faturamento	(1.385)	(1.248)
Total das Deduções da Receita Bruta	(1.685)	(1.518)
Receita Líquida Operacional	1.006.255	998.648

17 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

			<u>30/09/2018</u>	<u>31/09/2017</u>
	<u>Custo dos Serviços</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	526.417	127.598	654.015	631.829
Bolsas Residentes	18.776	4.551	23.327	23.265
Sentenças	228	55	284	1.874
Benefícios de Pessoal	45.175	10.950	56.126	57.392
Consumo de Materiais	81.229	19.689	100.919	101.817
Depreciações/Amortizações	13.488	3.269	16.757	16.884
Locação Mão de Obra	4.712	1.142	5.854	5.788
Consultoria/Serviços PF	2.232	541	2.773	8.730
Fundação de Apoio	24.094	5.840	29.934	20.804
Loc./Manutenção Bens Móveis	7.949	1.927	9.876	10.115
Loc./Manutenção Proc. Dados	7.397	1.793	9.191	11.792
Loc./Manutenção Bens Imóveis	2.620	635	3.256	2.183
Energia Elétrica, Água e Telefone	12.699	3.078	15.777	12.796
Serviço de Controle Ambiental	803	195	997	762
Seleção e Treinamento	2.177	528	2.705	2.410
Serviços Médicos, Laboratoriais e Análise	4.648	1.127	5.774	5.150
Serviços de Publicidade	382	93	474	366
Despesas com Frete	633	153	786	569
Diversas Comunicações em Geral	1.109	269	1.378	1.255
(-) Incorporações Bens	(2)	(1)	(3)	(372)
(-) Produção Estoque e Permanente	(1.064)	(258)	(1.322)	(1.267)
Subtotais	755.701	183.175	938.876	914.141
Apropriação para Férias	(3.383)	(820)	(4.202)	3.022
Apropriação para Licença Especial	2.269	550	2.819	5.560
Provisão para Contingências	21.218	5.143	26.361	20.992
Apropriação para 13º Salário	38.385	9.304	47.690	46.275
Provisões e Apropriações	58.490	14.177	72.667	75.849
Saldo Contábil	814.191	197.352	1.011.543	989.990

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Auxílio Creche	1.108	1.018
Auxílio Alimentação	24.400	24.778
Vale Transporte	2.321	2.184
Assistência Médica	8.663	8.829
Previdência Privada	19.634	20.582
Saldo Contábil	56.126	57.392

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

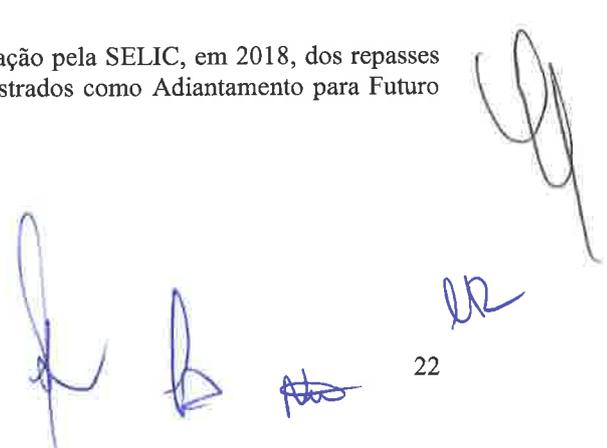
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Outras Receitas		
Alugueis	3.013	2.958
Receitas de Leilões	8	76
Indenizações e Restituições	4.256	11.756
Reversão de PCLD	176	1.265
Reversão Receita Diferida/Subvenções Custeio	-	14.715
Doações de Estoque e Uso Permanente	1.897	3.725
	<u>9.350</u>	<u>34.495</u>
Total de Outras Receitas		
Outras Despesas		
Reversão Custo Diferido/Subvenções	-	(34.279)
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(1.000)	(996)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(375)	(209)
	<u>(1.375)</u>	<u>(35.478)</u>
Baixa de Bens e Outras Despesas		
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>7.976</u>	<u>(983)</u>

20 Resultado Financeiro

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	1.137	1.699
Juros e Multas Previstos em Contratos	136	350
Variação Cambial e Monetária Ativa	434	416
Total Receita Financeira	<u>1.707</u>	<u>2.465</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.209)	(1.479)
Variação Cambial	(1.348)	(869)
Correção Monetária	(6.993)	(117.206)
Total Despesa Financeira	<u>(9.550)</u>	<u>(119.554)</u>
Saldo Contábil	<u>(7.843)</u>	<u>(117.089)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ (6.993) de correção monetária refere-se à atualização pela SELIC, em 2018, dos repasses recebidos para Investimentos até 31 de dezembro de 2016, registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo Não Circulante.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 297.918 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019. A importância segurada é de R\$ 13.277.

Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente

Prof. Milton Berger
Diretor Médico

Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo

Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 53.292

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.

Aos
Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Demonstração Intermediária.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias correspondentes da demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Eldorado do Sul, 09 de novembro de 2018.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-O
Nélson Câmara da Silva
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-RS